



PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 38/2025 da CCJR sobre o Projeto de Lei nº 20/2025, de autoria do chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre denominação da rua sem saída, do Bairro Jardim das Acácias, e dá outras providências.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

1. Trata-se de projeto de lei que dispõe sobre denominação da rua sem saída, do Bairro Jardim das Acácias, e dá outras providências.
2. O autor afirma que a proposta se justifica para atender indicação do vereador Adiel de Andermo, manifestando-se para que a rua sem saída, do Bairro Jardim das Acácias seja denominada rua Tadeu Franco Belache.
3. É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

4. A análise deste parecer restringe-se aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, conforme determina o artigo 46, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parquera-Açu.

Competência e Iniciativa Legislativa

5. A proposta versa sobre matéria de interesse local, enquadrando-se, portanto, na competência legislativa do Município, de acordo com o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal que dispõe “...Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local...”
6. A iniciativa do Chefe do Poder Executivo é legítima, com fundamento no artigo 44 da Lei Orgânica.

Juridicidade e Mérito

7. Quanto a juridicidade, o projeto está regular e não apresenta vícios **formais** ou materiais.
8. No mérito, a denominação da rua está de acordo, pois representa uma justa



homenagem ao senhor Tadeu Franco Belache, que aos 43 anos veio residir no município de Paríquera-Açu. Aqui, abriu uma oficina mecânica e pelo amor que tinha por carros, fundou a primeira e única fábrica de carros do Vale do Ribeira à época. Ele apoiou eventos locais, como a festa do Peão de Boiadeiros, ao doar veículos como prêmio, contribuindo para o turismo e o prestígio da cidade.

Técnica legislativa e quórum para aprovação

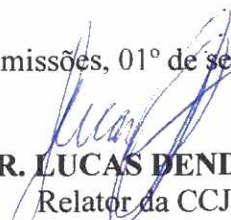
9. No tocante à técnica legislativa, a proposição está de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/1998, que trata da elaboração, redação e consolidação das leis no Brasil.
10. A aprovação da matéria exige o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal (cinco votos), em um único turno de votação, conforme estabelece o Regimento Interno.

III – CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, somos **FAVORÁVEIS** à deliberação do projeto de lei pelo Plenário da Câmara Municipal, no que se refere aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, sem prejuízo da análise do mérito por este colegiado e pelo Plenário.

A aprovação da matéria exige o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal (cinco votos), em um único turno de votação.

Sala das Comissões, 01º de setembro de 2025.


VER. LUCAS DENDEVITZ
Relator da CCJR

VER. ENFERMEIRA TALITA
Presidente da CCJR


VER. BENEDICTO MARTINS
Membro da CCJR